

**Esclarecimento** 18/08/2022 16:10:51

Empresa interessada em participar do certame encaminhou tempestivamente o seguinte pedido de esclarecimento: "I. POSSIBILIDADE DE OFERTAR MODALIDADE DIVERSA Não existe nenhuma restrição para atender a modalidade MPSSA solicitada no Edital em epígrafe com modelo diversa da fabricante Microsoft, que atende todas as especificações exigidas, em todas as características solicitadas, com AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES, considerado tão eficiente quanto o indicado no Edital. Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos. Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifos nossos). Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que apenas impede a participação de empresas na licitação. Em conformidade com o exposto acima, cabe relatar alguns casos onde de forma assertiva o respectivo Órgão aceitou modalidade diversa; o Edital do Pregão Eletrônico n.º 20/2020 da Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco (em anexo), em que a empresa Licitante logrou-se vencedora de vários itens, estando o referido Edital amplamente aberto para ambos os modelos de contrato, permitindo licenças de Partnumbers distintos do indicado, desde que com as mesmas características técnicas, de suporte e atualização, e que atendiam todas as especificações técnicas exigidas no referido Edital. Por fim, neste viés, dentre outros casos existentes, cita o Edital do Pregão Eletrônico n.º 07/2020 da PGE/PE, onde o próprio Edital expressamente possibilita a apresentação de diversas modalidades, comprovando assim que efetivamente todas atendem igualmente as especificações e necessidades do Órgão e, o Edital 03/2020 do CRN3/SP, onde ocorreu a mesma situação, em que o Órgão aceitou modalidades diversas das indicadas nos respectivos Editais, procedendo com a alteração após esclarecimento mas diretamente no Edital. Pelo demonstrado acima, infere-se que a exigência de modelo de contratação contida nesse Edital deve ser desconsiderada, a fim de adequar o processo licitatório ao Princípios da Ampla Concorrência e da Isonomia. Estão corretos os nossos entendimentos?

[Fechar](#)

**Resposta** 18/08/2022 16:10:51

Submetida ao Setor Competente (Seção de Gerência de Infraestrutura de Redes - SEGER) este assim se manifestou: "O entendimento não está correto. O objeto do edital não é uma aquisição de novas licenças, mas sim a renovação de software assurance de licenças perpétuas e de propriedade desse tribunal, adquiridas pela modalidade MPSA. Uma renovação do software assurance dessas licenças por outra modalidade traz riscos para aquisição e complexidade no gerenciamento das licenças, pelos seguintes motivos: 1- Necessidade de negociação/aprovação da fabricante para a renovação do SA em outra modalidade. A fabricante pode se negar, o que resultaria em fracasso do certame e consequente perda do prazo para renovação do Software Assurance das licenças existentes. 2- A mudança de modalidade aumenta a complexidade no gerenciamento, já que as licenças estarão vinculadas a um contrato e o SA vinculado a outro contrato, possivelmente em portais distintos da fabricante. Isso resultaria em um maior custo operacional para a administração manter o controle e conformidade do licenciamento."

[Fechar](#)